

A DEVASTAÇÃO DOS BABAÇUAIS
E A DESESTRUTURAÇÃO
DE MODOS DE VIDA DOS POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



boletim informativo

JUNHO
2014

1

GUERRA
DO CARVÃO

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

PROJETO

**Mapeamento
Social**

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



A devastação dos babaçuais e a desestruturação de modos de vida dos povos e comunidades tradicionais

“O carvão que queima a vida para manter as siderúrgicas”

A dinâmica do carvoejamento na Amazônia brasileira

A Amazônia brasileira tem sido alvo de estratégias empresariais e de decisões políticas que definem formas exaustivas de exploração de seus recursos naturais, transformando-os em mercadorias. Atividades relacionadas à extração ilegal de madeira, à pecuária, à soja, à mineração, à siderurgia, às plantações de eucalipto e acácia e às denominadas “obras de infraestrutura” (hidrelétricas, estradas, portos) estão provocando sucessivos desastres ambientais e sociais nessa região, tais como: desmatamentos constantes, poluição dos rios, especulação imobiliária, grilagem de terras, concentração fundiária, perseguição e ameaça aos povos e comunidades tradicionais e formas de imobilização da força de trabalho, oficialmente designadas como análogas ao trabalho escravo.

O carvoejamento é uma das principais atividades diretamente relacionada com essa exploração desastrosa no sudeste do Pará, no sul do Maranhão e no Bico do Papagaio (Tocantins). Esta atividade foi iniciada a partir da implantação das indústrias siderúrgicas, na década de 1980, quando as guseiras foram estimuladas a se deslocarem do Sudeste do país para essa região, atraídas por incentivos fiscais. De acordo com o discurso governamental, essas siderúrgicas seriam responsáveis pelo desenvolvimento industrial da “região de Carajás”, pois produziriam produtos de maior valor agregado, gerando maior renda e maior quantidade de empregos.

Entretanto, contrariando esse discurso oficial, a implantação dessas indústrias siderúrgicas na Amazônia não foi capaz de gerar a renda ou atender ao número de empregos esperados. Ao contrário, as siderúrgicas continuam promovendo intensa destruição da floresta amazônica, utilizando carvão de mata nativa, e a exploração dos diversos agentes sociais com os seus respectivos territórios, tais como: as quebradeiras de coco de babaçu, os povos indígenas, os assentados e os quilombolas.

Apesar de ser uma indústria causadora de grandes desastres ambientais, as siderúrgicas sempre contaram com o apoio oficial. Num primeiro momento, contaram com os incentivos fiscais liberados pelo Governo Federal para a implantação dos seus parques industriais. Já num segundo momento, mais atual, o Estado contribuiu de forma

boletim informativo

NÚMERO 1 . JUNHO 2014

COORDENAÇÃO GERAL DO PNCSA

Alfredo Wagner Berno de Almeida CESTU/UEA/
PPGCSPA;

Rosa Elizabeth Acevedo Marin NAEA/UFPA/PPGCSPA

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO GUERRA DO CARVÃO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Cynthia Carvalho
Martins UEMA/PPGCSPA/GESEA/PNCSA

AUTORES DESTA EDIÇÃO

Adaildo Pereira dos Santos GESEA/PNCSA, aluno
PPGCSPA; Benjamin Alvino de Mesquita UFMA/
GESEA/PNCSA; Camila do Valle UFRRJ/GESEA/PNCSA;
Cynthia Carvalho Martins;

Davi Pereira Júnior GESEA/PNCSA, antropólogo,
quilombola de Itamatatua, MA; Gardenia Mota Ayres
PNCSA/GESEA, administradora, quilombola do Povoado
Santo Antonio, Penalva, MA, mestranda do PPGCSPA;
Geovania Machado Aires PNCSA/GESEA, PEDAGOGA/
UFMA, quilombola de Enseada da Mata, Penalva;
Helciane de Fátima Abreu; Araujo UEMA/PPGCSPA/
GEECP/PNCSA/ GESEA; Luciana Railza Cunha Alves
GESEA/PNCSA, graduanda em Ciências Sociais/UFMA;
Mariana Leal da Conceição Nóbrega GESEA/PNCSA,
agrônoma, mestranda em Geografia da Universidade
Estadual de Campinas/Instituto de Geociências; Mayka
Danielle Brito Amaral Mestre em Geografia pela
Universidade de São Paulo; PNCSA; Rosa Elizabeth
Acevedo Marin

COLABORADORES

Daniela Lima Leal; Pedro Maciel Costa

FOTOGRAFIAS

Vanusa Babaçu; Davi Pereira Júnior; Cynthia
Carvalho Martins; Tacilvan Silva Alves.

CARTOGRAFIA

CAROLINA SILVA (PNCSA-UEA/PPGSPA-UFAM)

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ernandes Fernandes | DESIGN CASA 8

CONTATO

pncaa.uea@gmail.com;
pncaa.ufam@yahoo.com.br



Coco Babaçu no pátio de Siderúrgica em Marabá (PA)

mascarada para a manutenção dessas indústrias, através do não cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, tanto em relação à produção do ferro gusa, quanto do carvão vegetal.

Nas regiões de Açailândia, no Maranhão e Sudeste do Pará concentra-se um “Parque industrial” composto por siderúrgicas que beneficiam o minério vindo da Serra de Carajás. As denúncias de trabalho escravo e destruição dos recursos florestais promovido por essas empresas ficaram conhecidas nacionalmente através de mobilizações de trabalhadores e entidades de apoio – como Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sindicatos. Foram aplicadas multas a tais empreendimentos. Essas siderúrgicas influenciam a criação de carvoarias, onde trabalham homens, mulheres, inclusive crianças, sem qualquer direito trabalhista.

As indústrias COSIPAR, MARGUSA, SIDENORTE, SINOBRA, USIMAR, IBERICA, SIDEPAR, FERRO GUSA CARAJÁS e DA TERRA produzem o ferro gusa para a empresa VALE S.A. (antiga Companhia Vale do Rio Doce) e para exportação, especificamente para os Estados Unidos e a China.

Ao serem implantadas na Amazônia, essas siderúrgicas estimularam alguns municípios como Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Tailândia, Goianésia do Pará, Abel Figueiredo e Jacundá, a produzirem o carvão vegetal, que consiste no insumo energético básico à produção do ferro gusa. Os desmatamentos registrados nestes municípios evidenciam a ilegalidade destas práticas.

A implantação dessas siderúrgicas ocorreu sem considerar os efeitos socioambientais que causariam aos povos

e comunidades tradicionais e aos seus territórios. O seu interesse maior era, e continua sendo, unicamente, a remoção da biomassa para a produção do carvão vegetal sem nenhum tipo de responsabilidade ambiental e social.

De início, a produção do carvão vegetal surgiu como uma atividade complementar à extração madeireira e à pecuária, reaproveitando os resíduos dispensados por essas atividades. Mas, em virtude da redução das áreas florestadas e das serrarias, a partir do ano de 2004, “novos” agentes sociais são chamados a produzirem o carvão vegetal para as indústrias siderúrgicas, tais como: assentados, acampados, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas e indígenas. A participação desses agentes faz parte de uma nova estratégia utilizada pelas indústrias siderúrgicas para conseguirem obter facilmente o carvão vegetal. Dessa maneira, elas se livram das pressões dos órgãos ambientais e trabalhistas como o IBAMA e a Delegacia de Trabalho, transferindo as perdas para aquelas unidades familiares.

Através desta ação, as usinas de ferro gusa tem tentado, de um lado, legalizar o carvão vegetal produzido na ilegalidade, e de outro lado criminalizar os agentes sociais, atribuindo a eles as consequências dessa atividade. As formas de resistência incluem o impedimento dos caminhões de adentrarem nas áreas para retirar coco babaçu de fazendas, como ocorreu na região conhecida como Médio Mearim Maranhense, as denúncias a órgãos competentes, feitas por movimentos sociais que representam esses segmentos, e ainda a recusa em trabalhar em projetos compensatórios, estrategicamente implementados nas áreas.

Quebradeiras de coco babaçu examinam os impactos dos empreendimentos da Suzano Papel e Celulose S.A.



Sra. Maria Querubina da Silva Neta, Intervenção na Conferência: "Impactos dos Grandes Projetos". 64ª Reunião Anual da SBPC. São Luís, 23 julho 2012, Universidade Federal do Maranhão

O que dizem as quebradeiras de coco babaçu

"Boa tarde todo mundo. Sejam bem vindos. Eu me chamo Maria Querobina da Silva Neta, mais conhecida por Querobina. Eu sou da região de Imperatriz. Sou agricultora familiar, quebradeira de coco babaçu. Faço parte do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Recentemente sou sócia da cooperativa do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Sou sócia do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural de Imperatriz (CENTRU). Também sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Bom, falando da questão dos impactos. Hoje nós das comunidades tradicionais estamos com grande desafio e enfrentando grandes problemas que são os impactos. Os impactos, eles estão acontecendo tanto nas áreas que ficam mais próximas das grandes empresas como nas comunidades no seu entorno. Todos são impactos muito sérios. Outro impacto também que está trazendo um grande desconforto para nós que somos trabalhadores e trabalhadoras, movimento sindical, movimento das quebradeiras, um dos impactos muito forte é a questão da reforma agrária que nunca houve, mas a gente continua peitando, forçando para que o INCRA desaproprie a área de terra para assentar as famílias sem terra.

Nós temos dois assentamentos que a gente está com o povo na beira da estrada há oito anos. Um deles fica na Estrada do Arroz. E o INCRA já tinha até dado uma Carta de Anuência, que não sei como é que chama, para que a Associação de lá dos agricultores, dos agricultores sem terra, é dizendo que aquela terra já estava desapropriada. E aí há uma grande festa para aqueles companheiros que estavam na margem da estrada e depois da chegada da empresa Suzano, aí o INCRA deu prá trás. Não tem mais terra desapropriada. O outro assentamento era da Água Branca, próximo de São Pedro da Água Branca.

Quem conhece a região sabe onde fica. O assentamento também já com oito anos que o povo estava numa beira da estrada e essa área já estava um recurso na conta da Associação. Uma área muito formosa, muito grande. A Suzano chegou botou dinheiro para o dono da área. Ele deu pra trás e não aceitava mais desapropriar a área pelo INCRA. E, hoje está devastado uma área de mata que fica dentro dessa área que é mais de duzentos mil hectares, essa área lá e, uma trinta mil hectares de mata virgem. Agora estão derrubando, devastando toda essa área porque vai ser passada pra empresa. Isso é um impacto muito forte, um desânimo, um desânimo pra quem vem lutando pela reforma agrária. O outro desgaste é o valor da hectare de terra que hoje está num valor que a gente nunca tinha visto. Qualquer alqueire está valendo lá hoje sessenta mil, está valendo quarenta mil, dependendo do interesse da empresa para com a área. Então não vai ser qualquer coitadinho que vai comprar o alqueire de terra. Esse é o outro impacto muito sério que nós experimentamos hoje na região". SRA. MARIA QUEROBINA DA SILVA NETA

O importante para eles é ter carvão

"Aqui eles já levam o carvão pronto, os caminhoneiros, eles não querem só o coco inteiro, já querem é o coco inteiro todo queimado, e tem de todo jeito, é fazenda alugada, é queimando nos lotes, é de todo jeito, o importante prá eles é ter carvão. E compram coco inteiro também, tem as juntadeiras de coco e o coco vai todo embora. Cada mulher cata 18 sacos por dia, enchendo sacola, é criança enchendo saco, é todo jeito. Tudo vai para Pará, todo o coco, os caminhões vão todos para o Pará." MARIA FRANCISCA BATISTA DA COSTA, QUEBRADEIRA DE COCO, AMARANTE, MARANHÃO



Coco queimando na COSIMA, Mearim



Trabalhador da COSIMA queimando coco inteiro, Mearim

“Aqui os caminhões já vem com tambor, a gente vê passando os tambores em cima do caminhão, depois é o caminhão cheio de carvão que volta”. DIDI, TRABALHADOR RURAL, GROTAO, AMARANTE, MARANHÃO

Carvão de eucalipto

“Aqui é a ferro gusa que explora Cidelândia e a “estrada do arroz”, aí tem os lotes onde se faz o carvão, reúne 5 ou 6 famílias e fazem carvão de coco inteiro nos próprios lotes. O reflorestamento é feito, derrubando floresta e plantando eucalipto, que reflorestamento é esse?(...) é forno de eucalipto espalhado por todo canto.” MARIA QUERUBINA DA SILVA NETA, QUEBRADURA DE COCO, IMPERATRIZ, MA

Carvão ilegal

“Aqui é assim: o carvão de eucalipto, que tem certificação, vai para o Pará, já o de madeira, que é proibida, vai para Açailândia. O Pará faz carvão de madeira para as guseiras de lá, só que o carvão de madeira do Pará fica no Pará, o do Maranhão no Maranhão. Aqui era floresta fechada, agora é só caminhão de madeira. Somos quase iludidos. Foi um cidadão chamado Jorge que começou, conseguiu uma guia do IBAMA, pagaram R\$ 60,00 por averbação do IBAMA e começaram a explorar. Tem uns 4 anos que começou, tinha 85% de mata original, agora não escapa nada, palmeira de Irajá, é tudo. Houve muita mistura com pessoas de fora que a gente nem conhece. Estamos com dificuldade, a culpa recai nos fracos.” ANTÔNIO PEREIRA RAMOS, TRABALHADOR RURAL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ITAIGUARA



Fornos queimando coco inteiro na Estrada do Arroz-Imperatriz



Sacos de coco babaçu empilhados para venda em siderúrgicas em Açailândia. RESEX Ciriaco

Exploração do coco inteiro em reservas extrativistas: carvoeiras pressionam as RESEX(s)



Eunice Costa

Os investimentos na produção do carvão para fins industriais adentram as reservas extrativistas (RESEX) da Pré-Amazônia Maranhense, impactando as formas de organização das quebradeiras de coco babaçu. Essa forma de intervenção do governo federal na região dos babaçuais, expressa pelas RESEX, surgiu em 1992, durante os preparativos da Conferência do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU).



Pesquisadores em reunião de trabalho com Manuel da Conceição e Querubina da Silva Neta

Das cinco RESEX criadas na época, quatro são de prevalência de babaçu, a saber: Quilombo do Frechal (Mirinzal/MA), Ciriaco (Cidelândia/MA), Mata Grande (Davinópolis, Senador La Roque e João Lisboa/MA) e Extremo Norte (Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis/TO), sendo que somente a primeira foi efetivada. Desde então, as quebradeiras de

coco lutam pela efetivação das RESEX de Ciriaco, Mata Grande e Extremo Norte e contra o desmatamento provocado por fazendeiros pecuaristas.

Em tempos recentes, o problema do desmatamento e da devastação se agrava, na medida em que as carvoarias encontram no coco babaçu a alternativa para substituir a madeira, recurso em vias de esgotamento na região, na produção do carvão para servir às indústrias de ferro gusa. A RESEX de Ciriaco é uma das mais pressionadas pela expansão desse negócio na Pré-Amazônia maranhense, com registros de focos de produção de carvão do coco inteiro e com a incidência de conflitos. As organizações de representação política das quebradeiras procuram defender os babaçuais da ação predatória das carvoarias.

“Aqui as quebradeiras estão sendo cadastradas para os projetos ditos sociais. Só na Resex do Ciriaco tem 389 mulheres cadastradas que estão fazendo uma fábrica aí com a Suzano, para produzir óleo. Veio uma pessoa de Belém, levou 10 quilos de cada mulher para teste. É uma parceria da Suzano, ICMBio com a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco (ATARECO) e tem outra em Petrolina, que vão construir, que é de mesocarpio. Somente eu fui contra essa parceria que sei ser complicada, pois a Suzano é a mesma Celmar e comprou as terras, está comprando tudo aqui, então a situação é essa carvão queimando direto, de coco inteiro (. ..) todo mundo tem conhecimento de que a Suzano não é diferente, é a mesma Celmar, e nos aqui somos prejudicados pela Celmar que é a mesma Suzano, aqui

nós estamos tomados, então a gente... já teve audiência sobre essa questão da Suzano e ela é a mesma Celmar que a gente tem conhecimento, ela só veio nos prejudicar. Ela veio com o apoio do ICMBio, mas quem tá financiando é a Suzano, inclusive aqui tem até jovem que está trabalhando para a Suzano, sai daqui e vai pra João Lisboa trabalhando numa firma...eles disseram que a máquina, ela é fornecida pela Suzano, em parceria com o ICMBio, agora como ela vai funcionar, eles falaram que quando ela tiver funcionando, eles vão caçar o comprador para o óleo, mulher eu sei que eles prometeram tanta coisa e a gente não sabe se realmente é”. EUNICE COSTA, QUEBRADORA DE COCO, RESEX CIRIACO

Exploração do Carvão de coco babaçu no sudeste do Pará

No Sudeste do Pará, precisamente em São Domingos do Araguaia e Marabá, as siderúrgicas Terras Norte e Brasil Espanha fizeram um contrato de cinco anos com o dono das fazendas. As empresas contratam em média três pessoas para explorar o recurso natural. Um denominado carbonizador ou gerente geral, responsável pela queima do coco, e dois ajudantes que recolhem o coco do mato. O chamado gerente geral recebe um salário e ainda revende o coco para as siderúrgicas, já os ajudantes recebem valor mensal fixo.

O carvão é feito em tonéis colocados circularmente, em seguida guardado em sacos e estocado em um barraco na própria fazenda. O caminhão das empresas passa toda semana para recolher os sacos.

Na estrada é possível ver caminhões com cestos próprios para recolher o carvão, quando ele não é ensacado. Ou ainda tonéis empilhados nas carrocerias dos caminhões. Essa intensidade tem resultado em impedimentos de coleta nas áreas das fazendas e ocasionado dificuldade para as quebradeiras de coco babaçu conseguirem cascas de coco para fazer carvão e cozinhar.

A modalidade denominada arrendamento de fazenda, lotes, terrenos, consiste na implantação de pequenas carvoarias, dotadas de infraestrutura básica para a produção de carvão de coco inteiro e de carvão do cacho verde. Esta situação é encontrada principalmente nos municípios de São Domingos do Araguaia, Vila São José e Brasil-Espanha, no Estado do Pará.

A carvoaria conta com um galpão de médio porte e baterias de fornos móveis feitos com tonéis de zinco. Para a obtenção do coco inteiro, a unidade conta com um atravessador, que contrata pessoas para juntar o coco inteiro, posteriormente transportado para a carvoaria. Nessa relação de produção existe ainda o carbonizador, chefe das unidades e dois ajudantes responsáveis pelo ensacamento do carvão.

“Os que tinham propriedade perderam suas terras e nunca conseguiram até hoje, conseguiram a terra e os outros povoaram e aquela... A Palestina tem muito mineiro, o povo que morava na Palestina era pouco, aí chegaram os mineiros, os mineiros chegaram e o povo não tinha cos-

tume de plantar capim, não tinha costume com essas coisas não. Era só fazer a roça, alguns tinham animais, eram poucos, aí quando os mineiros chegaram desbravaram a terra e jogaram o capim, aumentou a pecuária. Eles já tinham esse conhecimento e nós não tínhamos esse conhecimento. Até em 70 era tudo só mata, tudo, ia lá e fazia roça. Esse ano aqui, aí deixa crescer. Aí no outro ano faziam em outro lugar, a abertura era outra que tinha, de lá para cá. Aí veio a serraria, a questão de comprar as madeiras, como eu disse. Primeiro eles tiraram as madeiras, eles só tiravam o tronco, depois, no final, eles estavam aproveitando tudo da madeira, mas primeiro só tiravam os troncos. Aí, quando terminou o mogno, terminou as madeiras de lei mesmo. Eles entraram na castanha. Nossa região era castanhal e hoje não existe mais castanha onde existe um pezinho de castanha, quando dá fé já passou no caminhão. Aí o que acontece, quando foi em 80, aí surgiu Serra Pelada, aí veio mais gente para o Pará. Aí o que acontece: muitos que não se deram no garimpo foram para as cidades, como Palestina, São Domingos, Brejo Grande não tinha espaço que já estava tudo cortado e entregue os lotes. Aí o que acontece, Palestina surgiu de uma invasão do Imbaubal, Pananzal e Açaizal (...) E São João foi uma invasão, primeiro foi o de São Benedito então invadiu o pessoal que veio do Maranhão, pode fazer um levantamento lá que é só maranhense porque aqui no Maranhão também foram expulsos da terra que viviam né, quando as empresas compraram as terras do Maranhão, os maranhenses foram para o Pará, aí quando chegou do que iam viver? No Pará não tinham do que viver, ocuparam a terra e juntou com o pessoal que estava lá de cara para cima sem ter condição e veio a ocupação da terra? A primeira invasão. Veio Elmescão, que era outro castanhal. Aí, todos os castanhais foram ocupados, não tem mais castanhal, todos foram ocupados. Nossa região toda é de assentamento e o único assentamento planejado foi o de Araras em 80, 82 e 83. Planejaram o Araras. Do Araras que ocupou, o Araras estava no Mãe Maria, na terra dos índios e os índios não aceitaram eles. Eles ficaram na terra deles, os índios não aceitaram. Aí foram expulsos das terras do INCRA. Aí foi para o INCRA e essa terra lá do Araras já estava gente entrando. Aí o que o Incra fez? Indenizou o fazendeiro e assentou no Araras. É o único assentamento feito com estrada, crédito e moradia. Os outros dão por metade. Enrolaram o povo. Nunca terminaram de fazer o processo. O Araras foi o único que eles fizeram o processo completo e não foi nem todo. Do Araras eles deixaram de fazer porque diziam que 25 era sobra de terra, o homem só tinha do assentamento 75%, só tinha documentação 75%. E tem 25% que não tem conclusão do benefício. Não tem a conclusão. Que é o 21 de abril. Essa é nossa história lá. Aí hoje acabou a castanha e ficaram os babaquais. E estão acabando os babaquais também. Estão descobrindo hoje que o babaçu tem valor. No Pará não tinha valor, não tinha mercado para a amêndoa como tem no Maranhão, como tem no Tocantins. No começo, quebrava o coco, vendia e trazia para o Apinajé. Botava no barco e trazia para Imperatriz." CLEDENEUZA OLIVEIRA, QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU, SÃO DOMINGOS, PARÁ

Suzano Papel e Celulose S.A

O Grupo Suzano é uma organização privada com 85 anos de atuação em diferentes partes do Brasil e do mundo. A Suzano Papel e Celulose S.A informa possuir 663.000 hectares na sua área de atuação nos Estados do Maranhão, Tocantins e Pará. Somente na região do Baixo Parnaíba a Suzano comprou em fins de 2008/2009 o equivalente a 46 mil hectares de terra, primeiro fez carvão de toda a mata e depois plantou eucalipto. Segundo informações do Fórum Carajás, a Suzano possui ainda 160 mil hectares no Estado do Piauí, o mesmo que 1.600 km², o que corresponde a 1,57% de terras piauienses transformadas em "florestas" de eucalipto.

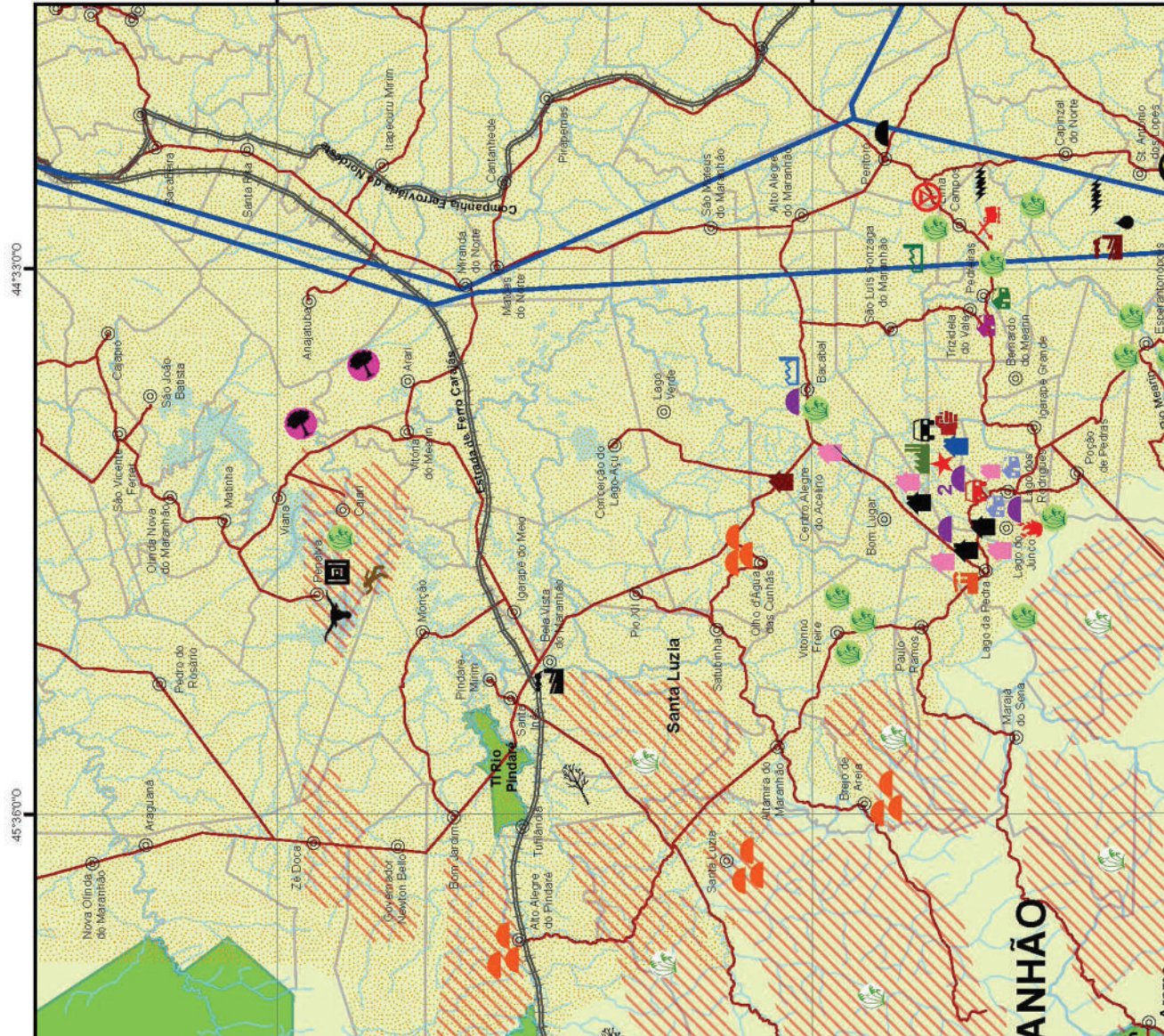
No Sul da Bahia a empresa concentra extensas áreas de terra que tem sido reivindicadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Em Imperatriz, além do desmatamento e devastação, a ação da empresa, que data de 2009, tem gerado efeitos como deslocamentos de famílias para o Tocantins; impedimento de plantio de roçados; cooptação de lideranças e outros.

"Aí, quando terminou o mogno, terminou as madeiras de lei mesmo, eles entraram na castanha"

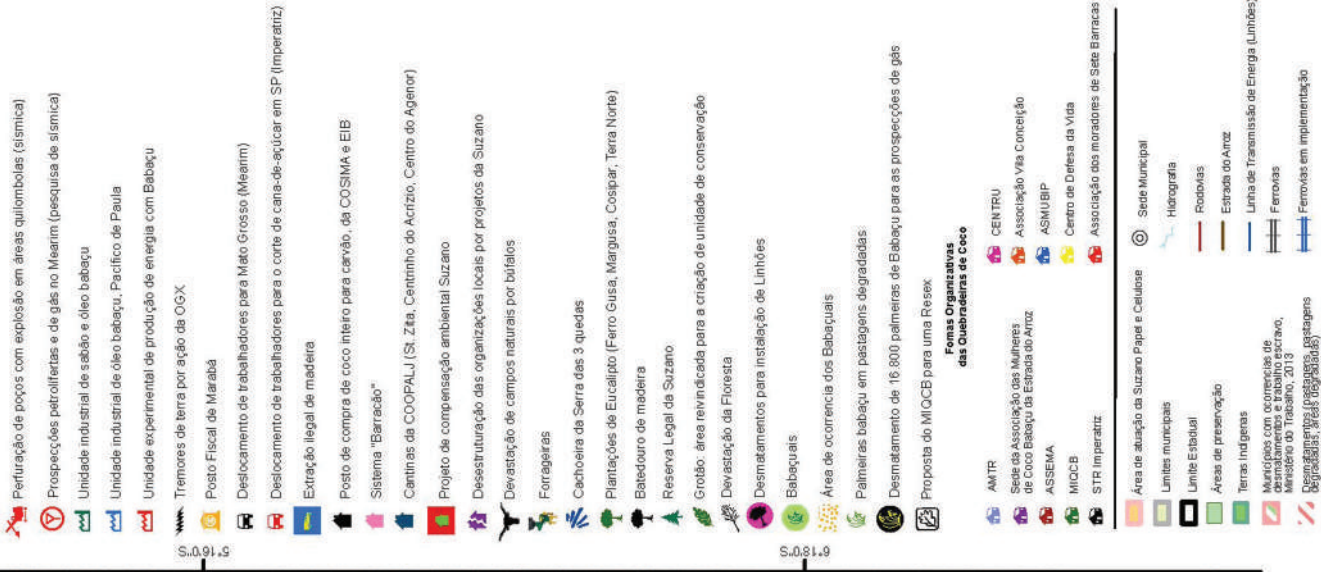
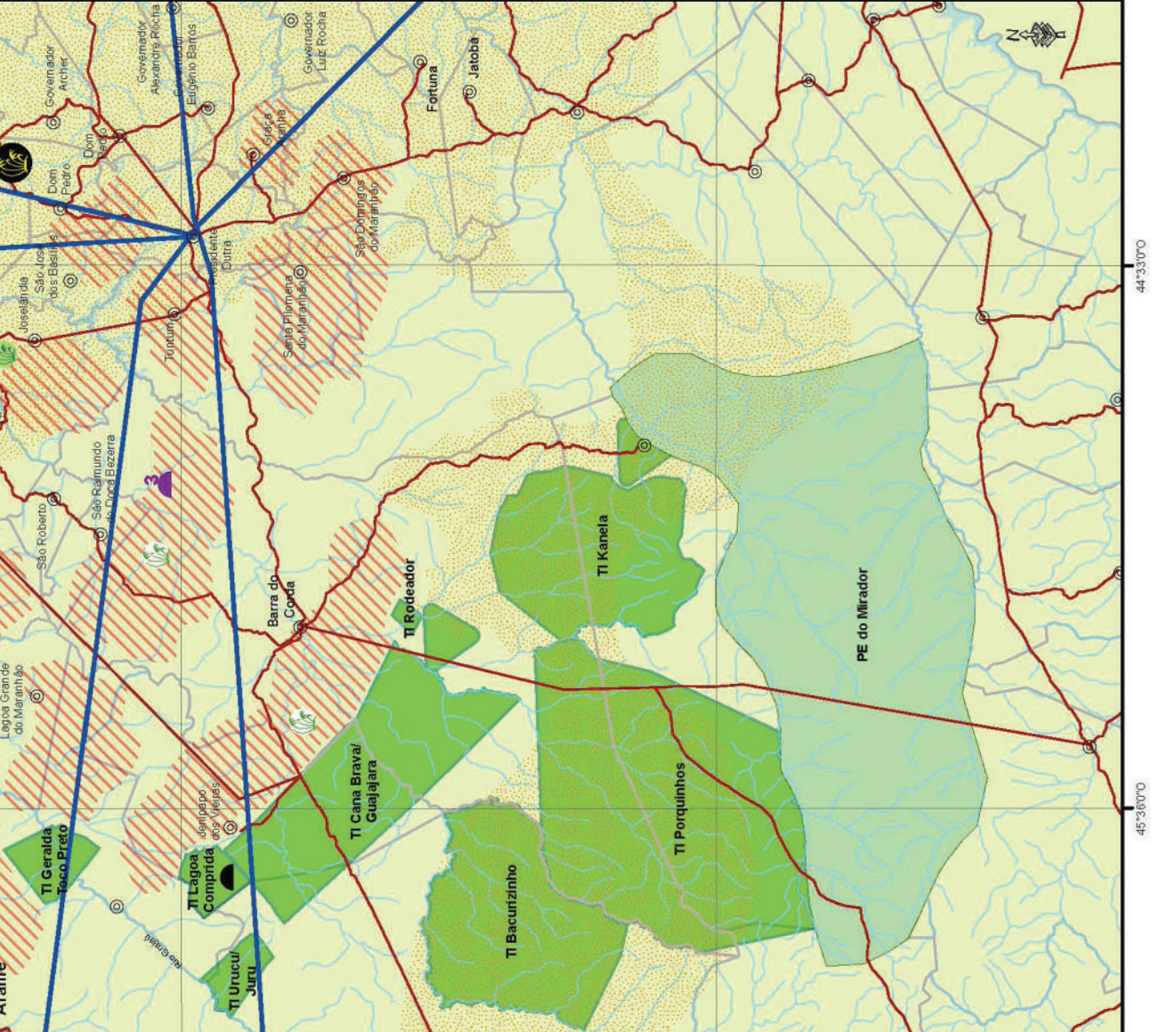
CLEDENEUZA OLIVEIRA



Monte de Coco no Pátio de Guseira em Marabá



- Carvão em Projetos de Assentamento**
- 1- Assentamento N. S. Aparecida
 - 2- Assentamento Nova Vitoria
 - 3- Assentamento José Dutra
 - 4- Assentamento Unidos para Vencer
- Carvoeiras**
- 1- Acampamento Bonfim
 - 2- Via estrada do Jacu
 - 3- Carvoeiras fora dos assentamentos
 - 4- Estrada do Ramal do Km 56
 - 5- próximas a Via de Santa Helena
- Carvoaria de fornos fixos (madeira)**
- 1- Ponto de Carvão da Terra Norte
 - 2- Fornos da Vale do Rio Doce
 - 3- Fornos da Tereza
 - 4- Centro Novo
- Carvoaria de fornos móveis (babaçu)**
- 1- Sol Brilhante, fornos da Terra Norte
 - 2- Cósima
 - 3- Pacifico de Paula
- Povoados/Vilas**
- 1- Antiga Bacaba
 - 2- Matança
 - 3- Nova Bacaba
 - 4- Esperantina
 - 5- Olha D'agua dos Martins
 - 6- Coquelândia
 - 7- São Félix
- Projetos de Assentamento**
- 1- PA do Prata
 - 2- PA Castanhal
 - 3- PA 21 de Abril
 - 4- Ciriaco
 - 5- Itaquara I e II
 - 6- São Jorge
 - 7- Itacira (Vila Conceição)
- Assentamento/Acampamento**
- 1- Acampamento Novo Piquiá
 - 2- Acampamento Novo Piquiá
- Fazendas**
- 1- Vale do Rio Doce e Boa fé
 - 2- St. Helena e Jurema (Suzano Papel e Celulose)
 - 3- Arrandamento de fazenda para extração de coco babaçu
- Áreas compradas pela Suzano: deslocamento de famílias das terras e impedimento para implantar em roçados (Bacaba, Matança e Esperantina)**
- 1- Usina Hidrelétrica Estreito
 - 2- Poços para extração de gás e petróleo da Vale do Rio Doce e OGX
 - 3- Base da Petrobrás
 - 4- Cerca elétrica nos campos naturais
 - 5- Cata de Babaçu inteiro
 - 6- Livido de Imperatriz
 - 7- Conflito com compradores de coco babaçu
 - 8- Aneiações de morte
 - 9- Assassinato
 - 10- Morte de índio tenehara que caiu de caminhão de madeira, 2013
 - 11- Queima de índio Awa Guajá por exploração de madeira
 - 12- Tumulto de Maria Metade, quebradeira de coco babaçu Vila São José (PA)
 - 13- Área de resistência à expansão das carvoeiras (São José, Santa Zita, Centro do Acitizo)
 - 14- Siderurgicas Fagumar, Simasa, Vienna, Gusa, Pindaré
 - 15- Suzano Papel e Celulose
 - 16- Usina de Asfalto Andrade Gutierrez
 - 17- Termoelétrica OGX: Ação judicial do CCN-MA contra a OGX
 - 18- ESEL: máquinas para guseiras
 - 19- Fábrica de sabonetes AMTR
 - 20- Serraria
 - 21- Cerâmica alimentada com casca de babaçu



Carvão de coco inteiro para siderúrgicas no Pará

A gente vê assim, carvão era feito só de madeira, depois que terminou todas as madeiras e não tem mais madeira pra fazer carvão, hoje tá fazendo do coco. Agente estava uma vez em um encontro há dois anos atrás e aí seu Ademir Martins trouxe para nos apresentar o Canindé que é representante da Terra Norte, sócio da Terra Norte, dizendo que ele queria comprar a casca do coco. As mulheres muitas não se animaram, mais depois chegou uma outra pessoa dizendo que queria alugar uma área para botar uns fornos e queimar casca de coco, mas logo eles foram queimando o coco inteiro. Eles queimam a casca se levarem pra eles, eles compram, era no começo R\$ 20,00 o metro de coco, de casca o metro quadrado e hoje eles já compram no saco desses de vinte quilos por um real. O pessoal agora passou a juntar o coco e vender para eles, quando as mulheres não tem muito mais o coco para quebrar, que apesar das palmeiras ter sido derrubadas perto das casas e as que tem perto é vendida todinha o coco inteiro para a carvoeira.

Aí muitos viraram também carvoeiro, tem quebradeiras de coco que o marido passou a trabalhar na carvoeira, até mesmo por essa questão econômica que não tem outro jeito de ganhar dinheiro e passou a fazer isso e estamos enfrentando aí essa questão do carvão, tem cinco anos aqui esse projeto deles tem mais três anos ainda, que já passou dois, dentro daquela área queimando o coco e está dando resultado porque queimam muito, muito, muito, junta todo mundo, leva, vende.

As mulheres fazem para o consumo também, até porque tem pouca saída o carvão de coco, só mais para o consumo delas, mas para vender pra churrasqueira, para essas coisas não tem, só a Terra Norte que tá comprando agora.

O acesso ao coco é assim eles vão juntar o coco às vezes num carro e traz pra casa. É cinquenta reais uma viagem, quinze, vinte, traz dois metros, três metros de coco.

P – Mas pega em qualquer fazenda?

Tem não, hoje com a venda já tem alguns que não querem mais deixar, mas ninguém impede de pegar o coco.

P – Venda de coco inteiro para fazer carvão mais tarde não pode trazer problema?

Pode sim, já está trazendo porque já muita gente não quer deixar pegar mais o seu coco porque lá uma questão da Fazenda 21 de abril, os donos não querem deixar as mulheres pegar o coco na terra deles, porque eles mesmo apanham pra vender a renda é para eles que eles mesmo juntam e vendem. Aqui na Vila São José, essa região nossa aqui ainda não tem isso, pode pegar quando quiser eles não impedem.

P – Aqui tem compra de amêndoa?

Tem compra de amêndoa, agora com tanta propaganda que a gente vem fazendo tá bom pra vender o azeite, tem muita procura e saída de azeite, mas outro meio não tem só esse mesmo. Cada uma tá vendendo o que faz, vende em casa, traz para a associação agente vende para elas.

P – Essa área era área de mata?

“Quando eu cheguei aqui eu tinha só um ano de idade, nós fomos a primeira família que chegamos pra cá, aqui tudo era mato, fizemos essa primeira rua, aí depois foi puxando rua fazendo abertura. De 70 pra cá, depois que começo a Transamazônica foi que melhorou, a gente vinha de Marabá pelo rio até Apinajé de Apinajé a gente vinha de pé, vinha de cavalo pra cá. Aí de 70 que fez a abertura da Transamazônica, aí foi que entrou o que chamam de desenvolvimento foi de 70 pra cá. Depois da guerrilha



Sacos de carvão empilhados em Barraco em São Domingos do Araguaia.

continuou chegando gente e o Incra essas terras da Transamazônica e as terras que já moravam gente, porque já morava muita gente nessas vicinais. Eles fizeram essas vicinais direitinho e assentou o pessoal. Muitos perderam o que já tinham e outros ganharam e anunciou que tava dando terra e veio gente de todo lado do mundo. São Domingos era município de São João e desmembrou, depois do desmembramento veio a eleição, o desenvolvimento daqui foi esse.

Toda essa área nossa aqui era área de Castanhal, aí depois que ficou só o Cuxuí, até a divisa de onde é o Cuxuí de lá pra frente era tudo Castanhal pra cá já era fazenda. O Castanhal já é a mata com Castanha, cupu, copaíba, andiroba, tudo tinha aqui, todas as madeiras.

Aqui o desenvolvimento foi com as madeiras nos anos 70, quando abriu a estrada, 72 entrou a primeira madeireira e a madeireira começou compara mogno, estragou muita madeira e quando acabou o mogno ela foi comprando as outras madeiras e terminou a última foi a castanha e até hoje aonde tem um pé de castanha (...) É muito difícil porque a gente não tinha muita noção do que é as coisas,

“O clima mudou porque tudo virou pasto”

RAIMUNDA ALVES DE ANDRADE

hoje que a gente já vê, quer dizer, pra nós essa parte aí pode dizer que é melhor porque naquele tempo a gente vivia muito isolado numa situação de vida muito difícil, não tinha nada e hoje todo mundo tem sua vida mais organizada e hoje é bem melhor por isso” CLEDENEUZA OLIVEIRA, QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU, SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, PARÁ

A natureza está um fracasso, você vê aqui no fundo do meu quintal era um igarapé onde a gente tomava banho, pescava, hoje tu pode ir para ver como ele é, tu vai na rua do bairro São Luís tem um pouco e ainda tem umas mulheres que lavam roupa no igarapé, mas tu olha a situação, acabou. Hoje falando do clima aqui, chovia no tempo certo, tinha época de chover a época de fazer a roça a época de colher, hoje não, hoje não chove direito, não tem uma boa colheita porque o clima mudou, porque tudo virou pasto, agora o pasto tá morrendo, só tem gado. Hoje a produção aqui é leite, em 86 aqui no Cuxuí ainda era mata, era tranquilo, hoje tu não encontra mais mata nenhuma lá, é só pasto, todo pequeno fazendeiro entrega 20 litros de leite. A gente vive nessa vida a condição financeira não mudou muito pra muita gente e a natureza acabou, hoje não tem condição de fazer uma roça.

“Eu vi, eu só vou falar o que eu vi. Eu vi passar um monte de tambor aqui dentro de um carro grande. Depois eu vi voltar pra cá carregado, eu suponho que fosse carvão agora eu não sei onde eles fizeram. Eu vi um carro grande,

Fornos da
COSIMA,
Mearim



Fornos de
carvão de coco
inteiro na
RESEX Ciriaco,
Cidelândia MA



um carro cargueiro passou cheio de tambor, daquele mesmo ali que nós estamos fazendo carvão, aí eles queimam inteiro. No início eles não ligavam assim pra coco, não importavam que a gente apanhasse, mais agora eles implicam. Essa semana mesmo eu fui Apanhar uns cocos lá naquela quinta pra lá dessa que extrema conosco. Ai o vaqueiro disse pro meu neto – olha diz pra tua avó pra ela não pegar coco não, que os cocos eu quero que é pra mim fazer carvão. Ai eu disse tá bom meu filho mas esse que eu ajuntei eu vou levar. Ai eu carreguei os que eu tinha junto e assim por diante, eu acho que agora todo mundo não vai mais deixar a gente pegar coco. Ai é do que a gente pega um tustãozinho, assim mesmo sofrendo, quebrando torrando tirando azeite, já ficou melhor porque nós ganhamos a forrageira, mas antes a gente pisava era no pilão. Se esse negocio for pra frente nós estamos em dificuldade porque ninguém vai mais deixar a gente pegar mais um coco.” RAIMUNDA ALVES DE ANDRADE



Rumas de coco de babaçu em frente às casas na região de Bom Lugar, Maranhão, que serão recolhidos para COSIMA

Modalidades de exploração de carvão do coco babaçu no Médio Mearim Maranhense

Exploração do Carvão de coco babaçu no Mearim/ Maranhão

A exploração de carvão no Mearim tem como principais modalidades: o recolhimento do coco inteiro na porta das casas por caminhoneiros que, por sua vez, repassam esses cocos para as siderúrgicas; a exploração em lugares ermos, onde são montados os chamados fornos móveis; o trabalho arrendado em área de fazenda; a quebra de meia e o chamado roço na solta.

O sistema de meia é uma situação bastante recorrente caracterizada pela presença de um atravessador que compra ou junta o coco e os transporta em um caminhão denominado quebra ponte para levá-los aos chamados barracões. Nesses barracões juntam-se algumas mulheres para procederem à quebra do coco, sendo que a metade de toda a produção mais a casca fica em poder do dono do barracão.

O roço das soltas consiste na obrigatoriedade das quebradeiras de coco em deixar a área de fazenda da qual retiraram o babaçu já roçada para o plantio de capim destinado à pecuária. Essa situação ocorre, frequentemente com as quebradeiras de coco que residem na beira de estrada, como no município de Igarapé Grande. As quebradeiras de coco babaçu são obrigadas pelos pretensos donos de terras a realizar o processo de roço das soltas para ter acesso ao babaçu, caso contrário, não tem o direito assegurado de exercer a sua ocupação principal.

No povoado de Santa Luzia, em Lago do Junco – MA as quebradeiras que não estão ligadas aos movimentos sociais e, portanto, estão mais frágeis para defender seus direitos acabam constrangidas a coletar o côco nas soltas. E, uma vez coletados, quebram o coco em suas próprias casas. Essas quebradeiras, em regra, têm contrato verbal com atravessa-

dores que compram a amêndoa e a casca de porta em porta. Já houve mobilização das quebradeiras de coco vinculadas à Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Maranhão (MIQCB) e da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) que derrubaram o coco inteiro dos caminhões como forma de protesto. Para dona Maria Aláides “esse ato, de derrubar o carvão dos caminhões é um ato de protesto contra as siderúrgicas”.

Nos povoados de Lago do Arroz (Lago da Pedra, MA) e Matinha (Bom Lugar, MA), às margens da BR 316, atravessadores, interessados na casca do coco para produzir carvão, transportam o coco inteiro até um barracão. A produção da amêndoa fica com as mulheres e a casca com o dono do barracão. Essa situação ocorre ainda às margens da BR 316, em Jatobá dos Cocos, povoado do município de Bom Lugar.



Queima do coco babaçu para fabricação do carvão para as siderúrgicas

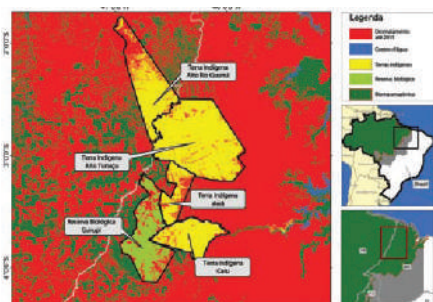
Saída de jovens do Mearim para trabalhar no Mato Grosso

“Tem meu irmão. Isso é uma ilusão. Ele é muito trabalhador, eles trabalham com soja, máquinas pesadas com algodão e girassol. Daqui já foram uns rapazes, sobrinhos

meus, que são de assentamento também, para lá para o Mato Grosso. Têm os filhos do Dão, que é assentado, os filhos deles já foram quase todos também. Eles vão para Primavera do Leste, essa região lá”. ALAÍDES ALVES, QUEBRADURA DE COCO DE LUDOVICO, LAGO DO JUNCÃO

Exploração de carvão de madeira em áreas indígenas no Maranhão

Das 18 áreas indígenas existentes no Maranhão, há exploração ilegal de madeiras em 6 áreas, segundo o CIMI: Alto Turiaçu, Awá Guajá, Araribóia, Governador, Caru, Lagoa Comprida. Apenas na Araribóia e na Caru, os indígenas negociavam as madeiras. Sugue o mapa com a exploração de madeira em Área Indígena.



FONTE: Carvoaria Amazônia: Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação dos governos. Greenpeace, maio 2012. Mapa oriundo do relatório produzido pelo Greenpeace.

Exploração do Carvão de coco babaçu no Tocantins

Na região conhecida como Bico do Papagaio, a situação não é muito diferente do Mearim, a equipe do PNCSA também encontrou algumas situações relacionadas à disputa desigual pelo babaçu entre empresas interessadas na exploração dos derivados da palmeira de babaçu e as quebradeiras de coco. Nas localidades de Buriti e Canaã, no estado do Tocantins, os atravessadores compram e transportam o côco para barracões e contratam mulheres para quebrar e tirar amêndoa, depois eles pegam as cascas, queimam, junto com cacho de coco inteiro verde e côco velho.

No Tocantins foram encontradas também as caçambas da Tobasa. Pessoas são contratadas para encherem as caçambas que, posteriormente, são transportadas para a sede da empresa, em Tocantinópolis responsável em beneficiar o coco. A amêndoa é usada na produção de óleo vegetal e a casca destinada para a produção do carvão.

Conflitos trabalhistas em carvoarias e fazendas

De forma recorrente, municípios do Pará e Maranhão mostram uma relação direta entre trabalhadores recrutados pelas fazendas de gado e carvoeiras. São submetidos a formas de imobilização em atividades de desmatamento, mineração e agricultura que são classificadas oficialmente como análogas à condição de escravos. Os conflitos trabalhistas assim caracterizados são examinados à luz do Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei Nº 10.803 de 11/12/2003. O trabalho em condição análoga à de escravo é descrito pelas seguintes ocorrências: submissão através de trabalhos forçados, jornada exaustiva, trabalhadores sujeitos a condições degradantes de trabalho; a imobilização da força de trabalho impedindo o livre deslocamento; restrição ou cerceamento do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador; a retenção dos documentos ou de outros objetos dos trabalhadores pelos empregadores, a fim de evitar a saída do local de trabalho e, ainda, a vigilância ostensiva durante o processo de produção. Importa assinalar que trabalhadores em regime de trabalho forçado podem ser vítimas de tráfico, o que não é suficientemente contemplado na legislação.

Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra informam que em 19 Estados houve registro desse tipo de crime, permitindo observar seu aumento de 204 casos em 2010, para 230 em 2011. Na Amazônia, as organizações de trabalhadores têm denunciado o vínculo entre desmatamento e incidência de trabalho escravo. Há registros de crianças e de mulheres identificadas nesta situação. Em 2008, o Ministério Público Federal – Pará – denunciou 31 pessoas em 18 processos criminais pelo crime de reduzir trabalhadores à condição análoga a de escravos. A maioria dos processos tramita na Vara Federal de Marabá e estes casos de trabalho escravo flagrados apontam 36 municípios no sul e sudeste do Pará.

Estas ações apoiam-se, além do Código Civil de 2003, na Lei Nº 10.803 /2003 e na Portaria nº 540/2004 (Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República), que criou o cadastro de empregadores conhecidos como “lista suja” do trabalho escravo. Este instrumento de combate ao trabalho escravo contemporâneo tem listado somente 293 empresas e pessoas físicas que foram incluídas após um processo administrativo no Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE com possibilidade de defesa. A Confederação Nacional da

Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que reúne os latifundiários do país moveu, em 2004, uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 3347 que foi julgada extinta pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2012. Esta ADI representava uma ação aberta pelos ruralistas na tentativa de anulação do cadastro na Justiça. A inserção nes-

se cadastro impede o infrator de obter empréstimos em bancos públicos. Além disso, as empresas signatárias do Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo cortam relações comerciais com empregadores que constam da "lista suja".

Trabalho escravo em carvoarias do Pará

"Conseguí esse trabalho por que eu mexia com gado, aí vim pra Rondon aí surgiu uma vaga pra mim poder trabalhar...O serviço é muito pesado, é muita quentura, mas por causa vai relevando, por que não tem serviço bom mesmo, braçal... Nós utilizava aí as luvas, as máscaras, só que eu não gosto muito desse material não. Sufoca muito a gente, a gente trabalha o dia todinho com a máscara pra proteger, é uma quentura braba, aí sempre a gente deixa ela de mão" FLÁVIO DE CARVALHO, CARVOEIRO, RONDON, PARÁ

Meu nome é Silmar Pereira de Lima. Eu tenho 34. Sou de Ourém, tem 9 anos que estou em Rondon. Eu morava em Capanema. Capanema, eu pequeno, não trabalhava, trabalhava só na casa do meu pai e da minha mãe. E lá o trabalho é roça. Trabalhava só nisso, ia pra roça e voltava com meu pai, serviçinho maneiro...Na época eu tinha 14 anos, quando comecei com o carvão. Estou nessa idade agora. R: Bom, a vida na carvoeira é o seguinte, é um trabalho que dá para gente sempre ganhar mais um pouco, sem ser esses outros trabalhos, fazenda, essas outras coisas né. Então pra mim é um meio que dar pra ganhar mais um pouco. Entendeu? Sem ser outro trabalho. Eu mesmo não tenho costume de outro trabalho, só motosserra, mexer com carvoeira...um trabalho desse aqui todo mundo sabe são muito prejudicado né, muito prejudicado a saúde isso aí...A alimentação é tudo por minha conta né. Tudo, tudo, tudo. Não por conta dele não, tudo aqui, tudo é por minha conta,

aqui não tem nada dele, nada, nada, nada...Eu entrego o carvão pra ele, por gaiola, assim que agente combinou. Aí, até agora mesmo eu estava querendo sair, está muito pesado pra mim. Ele tem e eu não tenho, aí fica difícil...Bom, a madeira é... o que tiver pela frente nós támo levando pra frente. Só não madeira de cerca, que não tem mais...Bom, essa terra aqui, eu não sei nem de que é mesmo para falar a verdade. Não sei não, quando eu cheguei já estava aí. Isso aí é uma coisa deles aí, que eu não sei, não sei não." SILMAR PEREIRA DE LIMA, ACAMPAMENTO BONFIM

"Wilson Silva da Silva...Eu nasci, nasci em Maracassumé. Maracassumé, Maranhão... Porque nós tinha uma terra lá, aí lá, nossa terra lá, tinha muito pé de assar peixe. Aí vendeu a terra lá e veio embora pra cá...Chegou aqui agente foi trabalhar né. Aqui no Pará. Meu pai colocou o dinheiro no banco, foi no tempo, quando Collor comeu o dinheiro. Aí foi trabalhar de serraria, trabalhar de vigia, vigiava o dia, e nós trabalhava na serraria nós...Trabalhei em serraria, lá mesmo... nós moramos muito anos nessa vila da serraria lá...Aí em Paragominas, Serraria Betizel...Eu vim em 2004 para Rondon, Eu vim, dar um passeio, e acabei ficando. Na casa da minha irmã que morava aqui e acabei ficando... Eu trabalhei na carvoeira do Nego, na Loira, lá no Córrego dos Pebas...R: A condição é o seguinte, a gente tem que trabalhar né, pra sobreviver. Não é muito bom não mais a gente vai encarando né... o dinheiro é pouco..." WILSON SILVA DA SILVA, CARVOEIRO, ACAMPAMENTO BONFIM

Produção de Carvão Vegetal (mata nativa)

Brasil, Nordeste, Maranhão e principais municípios do Maranhão.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	2.792.941	1.805.151	1.429.180	2.972.405	2.530.425
Nordeste	444.589	296.083	215.317	1.353.866	968.424
Maranhão	185.613	189.348	148.721	502.527	736.979
Açailândia	28.093	30.325	734	1.754	128.960
Bom Jardim	87	107	2.910	94.001	82.909
Barra do Corda	1.882	1.937	1.742	38.446	76.329
Buriticupu	-	-	8.326	14.714	54.741
Grajaú	1.313	1.071	272	32.105	36.523
Parnarama	136	89	1.870	941	30.096
Itinga do Maranhão	-	-	1.175	15.947	28.450
Centro Novo do Maranhão	-	-	491	26.428	27.708
Tuntum	2.450	1.845	1.253	19.258	19.587
Balsas	10	12	8	6.778	15.800
Passagem Franca	469	437	372	3.011	13.577
Santa Luzia	797	5.832	7.055	14.489	12.388
Colinas	5.100	5.056	1.619	12.150	12.063
Mirador	1.050	1.020	950	9.980	10.100

Trabalho escravo em carvoeiras e fazendas Maranhão, Pará e Tocantins

Na lista suja de trabalho escravo do ano de 2013 aparecem 29 ocorrências de trabalho escravo no Maranhão e destas, 25 estão na região pesquisada e 6 com ocorrência de carvoarias, isto é, na produção de carvão vegetal. No Pará há

o registro de 61 ocorrências, sendo 52 na região pesquisada, que compreende a região sudeste do Pará e 25 ocorrências relativas a produção de carvão vegetal. No Tocantins constam 21 ocorrências de trabalho escravo com destaque para o trabalho em plantio de soja (2), criação bovina (14), cultivo de abacaxi (1) e produção de carvão (3).

Segue a lista das situações de trabalho escravo registradas nas carvoarias

Maranhão

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	Nº
Carvoaria Ouro Preto	João Feitosa de Macedo	–	Bela Vista do Maranhão	17
Fazenda São Simeão	Ramilton Luís Duarte da Costa	Produção de carvão vegetal do coco babaçu	Governador Edison Lobão	10
Fazenda Barbosa	Antônio Erisvaldo Sousa Silva	Produção de carvão vegetal	Açailândia	7
Fazenda Boa Vista (Carvão Negrinho e Carvão Ávila)	Vilson de Araújo Fontes	Criação bovina para corte	Santa Luzia	7
Fazenda Serrinha	Alsis Ramos Sobrinho	Produção de carvão vegetal	Açailândia	2
Fazenda Barra Seca	Antônio Gonçalves de Oliveira	–	Carutapera	1

Pará

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	Nº
Fazenda Gauchaba	Carvão Indústria e Comércio de Carvão Vegetal Ltda. ME (PLANTERRA Comercial Ltda. EPP)	Produção de carvão vegetal	Paragominas	52
Fazenda Riacho do Fogo e Fazenda Três Riachos	Ernoel Rodrigues Junior	Desmatamento / Criação de bovinos para corte	São Félix do Xingu	38
Fazenda Bela Vista	Eujácio Ferreira de Almeida	Criação de bovinos e produção de carvão vegetal	Rondon do Pará	32
Fazenda Santa Vitória	Abdon Lustosa Neto	Criação de bovinos para corte, criação de suínos e exploração florestal	Novo Repartimento	26
Fazenda Santa Maria	Wilson Ferreira da Rocha	Criação de bovinos e produção de carvão vegetal	Goianésia	26
Fazenda Mococa	Diogo Antônio de Lima	Produção de carvão vegetal	Tomé-Açu	22
Fazendas Pica Pau/Carrapato/Figueira	Carvoaria Santa Lúcia Ltda. ME	Produção de carvão vegetal	Rondon do Pará	21
Fazenda São Pedro e Fazenda São Francisco	Ronaldo Garcia Pereira	Produção de carvão vegetal	Rondon do Pará	19
Fazenda Palmeiras	Antônio Nascimento de Souza	Produção de carvão vegetal	Goianésia do Pará	16
Fazenda Caiçara III	Alexandre Luciano dos Santos Prata	Criação de bovinos para corte e produção de carvão vegetal	Dom Eliseu	13

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	Nº
Olarias nas Fazendas Lagoa Bonita e Bruaca	Derimácio Maciel Soares	Extração vegetal	São Félix do Xingu	13
Fazenda Mata Azul	Landualdo Silva Santos	Produção de carvão vegetal	Rondon do Pará	11
Fazenda Cabana da Serra	Marcos Nogueira Dias		Rondon do Pará	11
Fazenda Unidas Capim Fino	Osvaldino dos Anjos de Souza	Produção de carvão vegetal	Goianésia do Pará	11
Carvoaria do Weslei	Aloísio Miranda Medeiros	Criação de bovinos para corte e produção de carvão vegetal	Marabá	10
–	Evanildo Nascimento de Souza	Produção de carvão vegetal	Goianésia do Pará	9
Carvoaria do Carlinhos	José Silva	Criação de bovinos para corte e leite	Novo Repartimento	8
–	Weslei Lafaiette Ferreira Guimarães	Produção de carvão vegetal	Goianésia do Pará	7
Fazenda Santo Antonio	Carlos Luiz dos Santos	Produção de carvão vegetal	Ipixuna do Pará	6
Fazenda Nova	Darci Antônio Marques	Criação de bovinos para leite e produção de carvão vegetal	Eldorado dos Carajás	6
Fazenda São Cristóvão	Antônio Feitosa Trigueiro	Extração de madeira	Itaituba	5
–	Magno Rodrigues de Souza	Produção de carvão vegetal	Breu Branco	4
Fazenda São João	José Carlos Castro dos Santos	Produção de carvão vegetal	Abel Figueiredo	3
Fazenda Araguaia	José Ramalho de Oliveira	Produção de carvão vegetal	Goianésia do Pará	3
Fazenda Piracanjuba I	Clauber Almeida Lima	Produção de carvão vegetal	Rondon do Pará	2
Fazenda Chego Lá	Welson Moreira da Luz	Produção de carvão vegetal	Breu Branco	2

Tocantins

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ATIVIDADE	MUNICÍPIO	Nº
Fazenda Sarandi	Wagner Furiati Nabarrete	Criação de bovinos para corte e produção de carvão vegetal	Ponte Alta do Bom Jesus	11
Sítio Água Viva	Dário de Queiroz Teixeira	Produção de carvão vegetal	São Bento	8
Fazenda São Francisco	Geraldo Otaviano Mendes	Produção de carvão vegetal	Conceição do Tocantins	6
Fazenda Pica-Pau	Geraldo Otaviano Mendes	Produção de carvão vegetal	Conceição do Tocantins	4
Sítio Caraguata	Ronnie Petterson Moreira de Melo	Produção de carvão vegetal	Almas	2

Fonte: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/quem-esta-na-lista-suja-do-trabalho-escravo-no-brasil-hoje?page=14>

Documentos dos Movimentos Sociais

Repudiamos uma proposta nas quais trabalhadores rurais, indígenas, extrativistas, quebradeiras de coco, tem que pagar o passivo ambiental e social deixado por empresas madeireiras e siderúrgicas.

Repudiamos uma proposta na qual se priorizam ações voltadas para reflorestamento com espécies de crescimento rápido (eucalipto...), inclusive forçando que nos assentamentos sejam plantadas estas mesmas espécies.

Repudiamos uma política florestal e desenvolvimentista que está dividindo o movimento das quebradeiras de coco com ofertas mirabolantes, aproveitando-se o estado de necessidade do povo.”

CARTA ABERTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO SUL DO MARANHÃO FACE À PROPOSTA DO GOVERNO FEDERAL DE IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO CARAJÁS, MAIO DE 2007

“As carvoarias também têm ampliado sua ação na área dos babaçuais. Através da compra e da queima do “coco inteiro” tem atuado na Região do Bico do Papagaio, no sudeste do Pará, no norte e território dos cocaís do Piauí, no sudoeste do Maranhão, no Vale do Mearim e na Baixada Maranhense. No Tocantins, a compra do “coco inteiro” não é para queima, mas para fazer o uso integral em escala industrial. As empresas compram os frutos no atacado e recrutam homens como “catadores” deixando as Mulheres Extrativistas sem o babaçu.”

CARTA DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU DO MARANHÃO, PIAUÍ, PARÁ E TOCANTINS AOS REPRESENTANTES DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO BRASIL, BRASÍLIA, 10 E 11 DE JULHO DE 2007

“As empresas de óleos vegetais e as carvoarias também têm ampliado as ações nas áreas dos babaçuais. Através da compra e da queima do “coco inteiro” tem atuado na Região do Bico do Papagaio, no sudoeste do Maranhão, no sudeste do Pará, no Piauí e no Vale do Mearim, impedindo as quebradeiras de exercerem suas atividades autônomas. No Tocantins a compra do “coco inteiro” não é para queima. As empresas compram no atacado e recrutam homens

como “catadores” deixando as Mulheres Extrativistas sem o babaçu. Esta pressão tem acarretado uma queda no preço da amêndoa, tem desativado postos de compra (“não tem quem compre o coco”) e tem dificultado o livre acesso aos babaçuais. Além do mais no norte do Tocantins não há compradores do óleo de babaçu produzido pelas organizações das quebradeiras.”

CARTA DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU. IN: RELATÓRIO DO V ENCONTRO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU

“O processo de devastação dos babaçuais, através do desmatamento indiscriminado e de corte raso, vem se intensificando nas terras tradicionalmente ocupadas e usadas pelas quebradeiras de coco babaçu;

A produção de carvão vegetal, principalmente com a usurpação do coco inteiro, vem aumentando com a multiplicação das carvoarias, vinculadas à indústria siderúrgica, que operam em desrespeito às leis trabalhistas e associadas ao trabalho escravo, com ameaças à integridade física das quebradeiras de coco.”

CARTA DAS QUEBRadeiras. IN: RELATÓRIO DO VI ENCONTRO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU, SÃO LUÍS, 18 DE JUNHO DE 2009



A Amazônia brasileira tem sido alvo de estratégias empresariais e de decisões políticas que definem formas exaustivas de exploração de seus recursos naturais, transformando-os em mercadorias. Atividades relacionadas à extração ilegal de madeira, à pecuária, à soja, à mineração, à siderurgia, às plantações de eucalipto e acácia e às denominadas “obras de infraestrutura” (hidrelétricas, estradas, portos) estão provocando sucessivos desastres ambientais e sociais nessa região, tais como: desmatamentos constantes, poluição dos rios, especulação imobiliária, grilagem de terras, concentração fundiária, perseguição e ameaça aos povos e comunidades tradicionais e formas de imobilização da força de trabalho, oficialmente designadas como análogas ao trabalho escravo. O carvoejamento é uma das principais atividades diretamente relacionada com essa exploração desastrosa no sudeste do Pará, no sul do Maranhão e no Bico do Papagaio (Tocantins).



PROJETO

**Mapeamento
Social**

ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

